

Izabel Sadalla Grispino *

Recentemente, os jornais trouxeram à tona a questão dos vestibulinhos para crianças pequenas. Especialistas da educação questionam a eficiência dos vestibulinhos para uma faixa de idade em que não se tem nenhuma bagagem acadêmica.

Já há algum tempo, escolas particulares da capital, onde o número de candidatos excede ao das vagas disponíveis, usam a prática dos vestibulinhos. Ao querer, para as escolas, um padrão elevado de ensino, selecionam, através de testes, os melhores candidatos. Porém, ao que tudo indica, a partir de então, terão de aplicar outros critérios na seleção dos seus candidatos.

O uso do vestibulinho para crianças que buscam uma vaga na 1.^a série do ensino fundamental é condenado por princípios pedagógicos e legais. O exame de seleção pode levar a criança a se considerar vitoriosa ou derrotada. No caso de derrotada, sentir-se perdedora, poderá ficar marcada por toda sua vida escolar. O teste, quando mal sucedido, frustra, discrimina, rebaixa a auto-estima, afeta o desenvolvimento educacional. Uma criança, tendo que enfrentar um teste, fica em estado de tensão, ansiosa, o que é ruim para tão pouca idade. Isso poderá torná-la refratária a situações de avaliação.

Algumas escolas particulares, interrogadas a respeito, disseram não apreciar tal comportamento, mas julgavam difícil mudar a situação. Suavizaram o processo de seleção, dizendo que a criança passa por um teste lúdico, em que não há pressão, nem tem formato de prova. Só os pais sabem da finalidade, para a criança não passa de uma brincadeira.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), após consulta feita pelo Ministério Público de São Paulo ao MEC, sobre a aplicação de testes, adotada por escolas particulares da capital, na admissão de crianças, proibiu a realização dos chamados vestibulinhos para seleção de crianças de 1.^a série, no ensino fundamental, e na educação infantil. O ministério público levantou a questão de os vestibulinhos ferirem o Estatuto da Criança e do Adolescente e são,

em muitos casos, uma tentativa de barrar a inclusão de alunos com deficiência mental, nas escolas de ensino regular.

A Câmara de Educação Básica, em 29 de setembro p. passado, recomendou, por unanimidade, a realização de sorteios ou obediência à ordem cronológica de matrícula, sempre que a procura for maior que a oferta. O presidente da Câmara, Francisco Aparecido Cordão, sugere, entre outros critérios, que sejam privilegiados estudantes que já tenham irmãos matriculados na escola. O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) deverá ser homologado pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, para poder entrar em vigor.

Além da influência negativa no campo afetivo, psicológico do aluno, a escola, ao aplicar teste às crianças, não está propriamente avaliando. O teste não é senão um momento da avaliação. Avaliar é um processo bem mais amplo que medir, requer observação contínua dos aspectos conceituais, atitudinais e procedimentais. O teste é insuficiente para revelar potencialidades, fulcro do processo educativo. Santo Agostinho, já no século V, dizia que o professor é apenas o despertador das virtualidades do aluno, seu orientador na aprendizagem.

A escola deve conscientizar-se de que educação é muito mais que ensino, que aprendizagem não é igual a desempenho e que formação é algo bem mais complexo que mera capacitação técnica para o mercado ou mero treinamento para o vestibular. Esses conceitos nos levam à precariedade em que se vem entendendo o processo ensino-aprendizagem. A educação empobrece-se em nome de um ensino restrito, oportunista, focado numa direção única. A educação integral do aluno pede um envolvimento sério, afetivo, do corpo docente à instituição a que pertence.

O professor pode ser talentoso, capaz, mas se individualista, o seu ensino não produz ramificações, não emite raios de complementariedade, fortificando o estudo de outras disciplinas. Limitando-se ao seu conteúdo, ao não se entrosar com os demais colegas, esse professor não alcança o aluno na sua integralidade. Procedimentos interativos facilitam a participação ativa do aluno no processo global da aprendizagem. O engajamento escolar do professor repercute no engajamento escolar do aluno, que passa a se sentir parte integrante da escola. A frequência às aulas é motivada por um sentimento de aceitação e amizade.

Escolas renomadas pedem ao corpo docente que passe mais tempo com os alunos, dentro e fora da sala de aula, que se torne seus amigos, que se envolva com colegas de visões divergentes de especialidade. Propõem a passagem do “eu, eu mesmo”, para a participação,

formando uma comunidade de profissionais estudiosos. Métodos e processos variados, adotados pela escola, culminam em resultados que jamais o teste revelaria. Transmitir conhecimento é ponto culminante para a escola, desde que não se descuide da formação integral e que se utilize de outros recursos de avaliação, que não só medida. Nos primeiros anos de escolaridade, na educação básica, a formação do educando é prioridade, podendo, dependendo da situação, dar um espaço maior ao treinamento, na série final do ensino médio.

A diferença no estudo está numa escola alegre, afetiva, de métodos atualizados, com um corpo docente engajado, no qual predominam disciplina, seriedade e sensibilidade.

**Supervisora de ensino aposentada.
(Publicado em novembro/2003)**